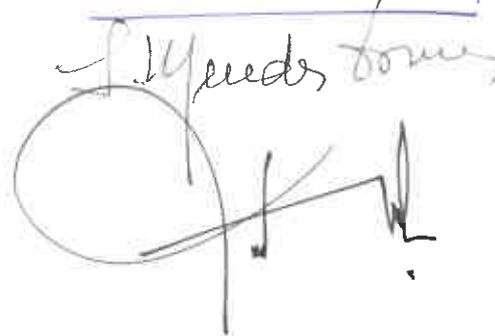


Francisco
Medeiros


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 47

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa e dois, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na primeira reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e José Carlos da Silva Neves, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, sendo este último, em substituição do Segundo Secretário eleito e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, José Mendes Macedo Loureiro, João Tavares Duarte, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, José Alberto Martins de Carvalho, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos, Fernando Santos Silva, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Rogério Mário Madail da Silva, Manuel Ferreira da Cruz

Tavares, Antônio Ferreira da Silva, Celso de Sousa Figueiredo Gomes, Custódio das Neves Lopes Ramos, Antônio Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e Antônio Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 17,00 Horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Joaquim dos Santos Abreu, Victor Manuel da Silva Martins, Libério da Silva Santos, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes e Arlindo de Macedo Bastos.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa deu nota do pedido de justificação de falta, apresentado pelo Vogal Arlindo de Macedo Bastos, o qual foi aceite e considerada justificada a referida falta.

Deu ainda conhecimento à Assembleia do pedido de suspensão de mandato do Vogal Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, (do C.D.S.) pelo período de seis meses, informando que na próxima reunião deste órgão o referido Vogal será substituído de acordo com a legislação em vigor, pelo candidato imediatamente a seguir na lista (José Fernandes Pereira).

Continuando no uso da palavra o Presidente da Assembleia, declarou aberto o período de antes da ordem do dia, informando que o mesmo terá a duração de uma hora de acordo com o Regimento.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usando da palavra o Vogal Antônio Salavessa, propôs a aprovação de um voto de pesar, pelo recente falecimento do ex-membro desta Assembleia, Sr. Dr. João Seixas Neves.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal José Luís Christo, fez uma abordagem da problemática relacionada com a privatização do Matadouro de Aveiro, salientando que se trata de uma infraestrutura de iniciativa Municipal, atualmente administrada pelo I.R.O.M.A. e segundo notícias vindas a público a

Administração Central pretende promover a sua privatização. Assim, quis saber se a Câmara quando passou a administração daquela unidade ao I.R.O.M.A., foi indemnizada dos eventuais investimentos que fez, bem como se está previsto neste processo de privatização, que a Câmara possa vir a ser indemnizada de tais investimentos.

A finalizar referiu-se também ao problema relacionado com o regime de exploração dos automóveis de aluguer de passageiros, destacando que a Câmara Municipal em 82, solicitou à D.G.T.T., que instituisse na sede do concelho de Aveiro o regime de praça livre condicionada, impondo tal regime de acordo com a lei que se elabore uma postura. Por tal facto quis saber quando é que a autarquia pensa elaborar o projecto de postura para posteriormente o submeter à apreciação da Assembleia Municipal, já que desde aquela data até hoje, nenhuma proposta de postura foi apresentada a este Órgão.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Victor Cepeda Mangerão e Manuel Pereira Cabral Monteiro.

No uso da palavra o Vogal Manuel António, abordou uma questão relacionada com o deficiente funcionamento dos semáforos na Rua José Luciano de Castro, com a Circular de Esgueira, dando algumas sugestões que podem contribuir para uma melhor segurança do tráfego naquele local.

A terminar e no que se refere à rentabilização da Linha do Vouga que a C.P. pretende levar a efeito, concretamente nos ramais Aveiro/Espinho e Aveiro / /Águeda, quis saber se tem havido algumas reuniões entre aquela empresa e a Câmara Municipal de Aveiro no âmbito da matéria e na eventualidade da C.P. pretender rentabilizar o ramal Aveiro/Águeda, quis saber também se a Câmara tem já algumas alternativas pensadas quanto a traçados, passagens niveladas, desniveladas, etc., ou se ficará à espera das sugestões da C.P..

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Rogério Madail solidarizou-se com a apresentação da proposta de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Seíça Neves. Prosseguindo, chamou ainda atenção de que o I.S.C.A. é uma instituição que tem vindo a crescer, tornando-se necessário por isso a sua ampliação. Ainda no âmbito desta matéria disse pensar que tem havido algumas negociações entre a Câmara e aquele Estabelecimento de Ensino com vista à cedência de um terreno que possibilite tal ampliação, pelo que quis saber qual o ponto da situação.

No uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, disse comungar também da proposta de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Seíça Neves.

F. M. Mangerão
F. M. Mangerão

Seguidamente abordou a problemática relacionada com o projecto da C.P. com vista à racionalização das Passagens de Nível, projecto esse que disse ser de louvar numa certa perspectiva de transportes, salientando todavia que há que ter também em conta os direitos dos particulares que tiveram o azar de não disporem de outros acessos para os seus terrenos e designadamente para as suas habitações, bem como até para zonas de pequena indústria, vendo-se agora forçados a não terem qualquer acesso a esses prédios em resultado desta nova política seguida pela C.P.. Segundo este Vogal, a C.P. está a exigir uma caução de cerca de mil contos a alguns proprietários, está a pretender dar-lhes a título provisório uma concessão que na prática já tinham. Em síntese, disse tratar-se de um processo que do seu ponto de vista merece o cuidado e a atenção desta Assembleia e sobretudo do Executivo Municipal, apelando por isso ao Executivo que se empenhe no assunto e procure num clima de equidade defender (porventura sugerindo outras alternativas) os interesses desses particulares que se vêem absolutamente impedidos no futuro, caso não subscrevam o contrato de concessão que a C.P. lhes propõe, que em sua opinião é caro, é provisório e não reúne condições de futuro no sentido das pessoas ficarem a coberto de um direito definitivo de acesso quer aos prédios rústicos ou urbanos. A terminar, entregou à Mesa alguns documentos sobre a matéria que poderão eventualmente interessar para a resolução do problema.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Victor Mangerão, começou por tecer algumas criticas em relação à actuação da Câmara no espaço circundante do Mercado Manuel Firmino, já que em sua opinião a Câmara não podia ter escolhido pior altura do ano para fazer o referido trabalho. Por outro lado referiu ainda que ninguém sabe em que projecto de reorganização de todo aquele espaço, aquelas obras se integram, para já não falar na integração com o projecto do Cojo, que fica no lado oposto, bem como nas novas vias de saída da cidade que têm que passar do lado nascente daquela área, sendo também importante saber qual o destino final a dar ao Mercado Manuel Firmino, quando este for desactivado. Acrescentou ainda, que uma vez que não se sabe qual vai ser o destino a dar àquele espaço, corre-se o risco de que os arranjos em causa sejam perfeitamente desparatados porque talvez não sirvam funcionalmente aquilo que vai ser a futura utilização do referido Mercado, questionando por isso o Executivo se não haveriam outras obras mais prioritárias a levar a efeito.

Continuando no uso da palavra, chamou ainda atenção para o facto dos semáforos do entroncamento em frente ao Liceu José Estevão se encontram avariados já há bastante tempo, sem que a Câmara tenha tomado qualquer providência no sentido de solucionar o problema.

Finalmente e a propósito de alguma polémica gerada em torno do Europarque, quis saber qual a posição do Executivo face a esta matéria. Quis saber ainda em que é que consistiu a adesão da Câmara Municipal de Aveiro àquele surto de solidariedade para com a Associação Nacional de Municípios, face à Administração Central, tendo como motivo principal a diminuição de verbas às au-tarquias em consequência da aplicação da Lei das Finanças Locais.

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara começou por manifestar também o seu apoio pessoal bem como o da Câmara ao voto de pesar proposto pela bancada da C.D.U..

Prosseguindo e referindo-se à questão relacionada com a privatização do Matadouro de Aveiro, depois de traçar alguns aspectos considerados essenciais em toda a tramitação deste processo, disse ser de opinião que a referida infraestrutura continua a ser propriedade da Câmara Municipal, tendo esta naturalmente direito a ser reembolsada. Disse ainda, pensar que se trata de um tema que deverá vir algumas vezes a esta Assembleia já que se prevê que a nova empresa não queira cumprir financeiramente o estabelecido; referiu que a autarquia tem estado relativamente silenciosa em relação a este assunto na medida em que julga estar a coberto de um Decreto-Lei que fixa o valor de 213 mil contos; entretanto disse que a Câmara está a tentar fazer a sua própria avaliação respeitante a aquelas instalações.

Relativamente às questões que se prendem com o ramal do Vouga (Passagens de Nível Privadas), relações com a C.P. com vista a encontrar-se uma solução para o problema, salientou que a Câmara tem tido alguma preocupação em relação a esta matéria; têm chegado também à Câmara queixas de proprietários confinantes com a linha do Vale do Vouga, os quais durante décadas utilizaram e tiveram servidão sobre a linha, deparando-se agora com exigências da C.P. que se traduzem em terem que pagar importâncias significativas para manterem as servidões. Continuando no uso da palavra, disse que este problema foi abordado com um dos Administradores da C.P. e surge na sequência do projecto de recuperação daquela via que a C.P. pretende levar a efeito. Têm havido algumas reuniões entre a autarquia e responsáveis daquela empresa e a Câmara pela primeira vez introduziu no Plano de Actividades a supressão de passagens de nível na Linha do Vouga. Lembrou que algumas vezes disse nesta Assembleia, que a D.G.T.T., não participava obras de supressão de passagens de nível na linha do Vouga. Entretanto depois de uma série de contactos há agora abertura para começar a eliminar passagens de nível na linha do Vouga, o que revela por parte da C.P. a intenção de recuperar esta linha até Águeda, eventualmente até Sernada. Não significa também que os proprietários não tenham razão face à situação em que são colocados e a sugestão que a Câmara fez ao nível da Administração da C.P., foi de

que fossem feitos caminhos paralelos/à solução que se utiliza nas Auto-Estradas pensando que a solução para o problema terá que ser esta, embora com alguns atravessamentos localizados. Disse ainda ter conhecimento que a Administração da C. P., mandou elaborar um estudo ao gabinete de infraestruturas, podendo eventualmente vir acolher esta sugestão.

Relativamente à questão do alargamento das instalações do I.S.C.A., disse que decorrem negociações com os responsáveis daquele Estabelecimento de Ensino, tendo os mesmos incluído já em P.I.D.A.C., uma verba para se iniciar o seu alargamento, prevendo-se o arranque dos trabalhos já no próximo ano. No que se refere às obras circundantes do Mercado Manuel Firmino, disse que as mesmas estavam no Plano de Actividades; a Câmara entendeu que aquela área é uma zona a valorizar dentro de um certo tipo de vivência urbana, não sendo a primeira intervenção que se faz - as primeiras intervenções que se fizeram foi de alargamento de passeios junto de alguns estabelecimentos comerciais no sentido de se criarem esplanadas, posto que a cidade carece das mesmas. Posteriormente verificou-se uma certa pressão de toda a gente no sentido de se recuperar aquele espaço, daí o facto da obra estar em Plano de Actividades e inserida em todos os estudos que estão feitos para aquela zona; a Câmara por outro lado continua a pensar que o Mercado Manuel Firmino depois de desactivado deverá passar a ser uma Praça coberta e conseqüentemente toda aquela zona envolvente deve ser valorizada.

No que se refere à questão que se prende com o Europarque, assumiu-se como único responsável pela ausência de representação da Câmara na reunião convocada para o Europarque, já que o assunto não foi debatido no seio da Câmara por falta de tempo; disse ainda ter tomado a decisão de não estar presente na referida reunião: - primeiro, porque Aveiro candidatou-se ao Europarque e foi preterida; - segundo, por não estar pessoalmente interessado em preencher cargos no dito empreendimento; terceiro porque a A.I.P. (Associação Industrial Portuense) constituiu uma sociedade de gestão do Europarque na qual participa com 51% de capital próprio. Assim, referiu que perante este quadro, tal reunião deixou de ter interesse, sendo ainda a razão mais forte da não comparência o facto de ter acertado com a A.I.D.A. (Associação Industrial do Distrito de Aveiro) não estarem presentes e manifestarem a discordância com a instalação do Europarque naquele local (Feira), não significando com isto que o mesmo não sirva a zona do distrito de Aveiro, não está até em causa a unidade do distrito, nem muito menos combater aquele investimento - o que está em causa de facto é defender também interesses próprios de Aveiro e por isso estar solidário com a A.I.D.A. e não com a A.I.P.. Em suma, salientou que foram estas as razões que o levaram a

[Handwritten signatures and initials]

pensar que a dita reunião não teria muito interesse, o que não significa porém que a Câmara de Aveiro não possa estudar formas de colaboração que interessem ao distrito, sem prejudicar claramente os interesses de Aveiro.

Finalmente, quanto à adesão da Câmara de Aveiro à greve, tomou-se a decisão de manter a porta aberta aos munícipes, os Vereadores em regime de perma nência não apareceram na Câmara, emitiu-se um comunicado nos jornais manifestan do a solidariedade da Câmara de Aveiro à Associação Nacional de Municípios, afixou-se um comunicado à entrada da Câmara, dizendo porque é que não havia despa cho nesse dia, portanto foi esta em síntese a posição que a Câmara tomou, a qual foi aprovada por unanimidade no seio da Câmara.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Élio Delgado da Maia, Vic tor Barradas de Carvalho Sequeira e Nuno Tavares.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Vitor Silva, para relativa mente à questão dos táxis, informar que está aberto concurso para três lugares de táxi, está cumprida a legislação em vigor, estando também em estudo uma postura camarária sobre a matéria, a qual oportunamente será submetida à apreciação da As sembleia Municipal.

Usou também da palavra o Vereador Martinho Pereira, para dar alguns esclarecimentos relativos à matéria de trânsito, nomeadamente no que respeita tam bém aos semáforos avariados na Praça do Milenário, referindo algumas dificuldades na aquisição de material.

Usando novamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, começou por di zer que os esclarecimentos dados sobre matéria de táxis, não foram suficientes pa ra tornar claro o problema. Relativamente à questão do Europarque, disse pensar que a Câmara de Aveiro deveria reflectir de novo sobre o tema, pois lamenta que o Sr. Presidente da Câmara não se tenha feito representar na reunião para que foi convocado, uma vez que entende que este tipo de reuniões são importantes, já que é dentro delas que se mantém um maior contacto com os problemas e se tomam deci sões e se definem questões importantes.

A terminar e no que se refere à questão da greve da Câmara salientou que neste momento já não importa discutir se a mesma existiu ou não, o que é im portante do seu ponto de vista e que não está de modo algum ultrapassado é o limi te que o Governo impôs à distribuição das verbas do F.E.F., pondo de parte mais uma vez a lei 1/87. Por isso, importa sim ajuizar-se sobre o comportamento do Go verno que está a incutir para o próximo ano uma recessão que pensa ser excessiva e que não tem qualquer justificação.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Novamente no uso da palavra o Vogal Victor Mangerão, começou por dizer que importa levantar a questão da greve não para entrar numa discussão de fundo sobre os problemas da transferência de verbas por parte da Administração Central, que a seu tempo serão discutidos, mas sim para ser esclarecido sobre se a deliberação tomada por unanimidade pela Câmara na decisão que foi tomada, foi por unanimidade dos que estavam presentes ou se essa unanimidade foi de todo o corpo Camarário. Seguidamente criticou os esclarecimentos dados pelo Vereador responsável pelo pelouro do trânsito no que respeita à questão dos semáforos avariados junto ao Liceu José Estevão, bem como as obras levadas a efeito pela autarquia no espaço circundante do Mercado Manuel Firmino.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, começou por perguntar se a Câmara esteve ou não representada no encontro nacional de autarcas que decidiu a acção (greve) do dia 11 de Dezembro e se participou na unanimidade tomada nesse encontro no qual foi decidida a greve; pois parece-lhe que sendo a Câmara de Aveiro indiscutivelmente uma das mais prejudicadas a nível nacional, uma vez que só tem 2% de aumento nominal do F.E.F., o que traduz uma descida real do Fundo de Equilíbrio Financeiro atribuído ao concelho de Aveiro, sendo por isso prejudicada em 264 mil contos, verba esta que poderia ser aplicada na construção de um Centro de Saúde ou de uma Escola C+S. Parecendo-lhe portanto que a forma que foi adoptada pela Câmara no dia 11 de Dezembro em relação a um corte tão significativo de verbas, foi um pouco a de estar bem "com Deus e com o Diabo". Finalmente pretendeu saber ainda se a reunião de trabalho que o Presidente da Câmara teve em Lisboa, foi com algum membro do Governo, o que a ser verdade considerou o máximo dos absurdos.

Tomando a palavra o Presidente da Câmara esclareceu que na deliberação tomada por unanimidade, relativamente à questão da greve das autarquias, estiveram presentes nessa tomada de decisão todos os membros da Câmara.

No que diz respeito à sua presença na reunião em Lisboa com membros do Governo, informou que tal reunião não foi com membros do Governo, muito embora tenha sido com órgãos da Administração Central. Esclareceu ainda que a Câmara de Aveiro não esteve no encontro de Lisboa, por impossibilidade pessoal do Presidente da Câmara, bem como de vários membros da Câmara que nessa altura estavam ocupados, tendo estado presente nas reuniões preparatórias do Conselho Geral da Associação de Municípios.

Handwritten signature and scribbles at the top of the page.

Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a proposta de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Seíça Neves, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Imediatamente a seguir submeteu também à aprovação da Assembleia a ACTA Nº. 46:

Submetida à votação veio a merecer aprovação por vinte e sete votos a favor e quatro abstenções, sendo duas do P.S.D. e duas do C.D.S..

Encerrado o período de antes da ordem do dia, passou-se à apreciação da Agenda de Trabalhos:

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Armando Vieira.

PONTO Nº. 1 - COMUNICAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

No uso da palavra o Sr. Presidente, começou por dizer que a Comunicação está escrita e que por isso pouco ou nada terá a dizer, ficando à disposição dos membros da Assembleia para responder às dúvidas que suscitem, sobre a matéria contida na dita Comunicação.